



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 30 de Novembro de 2017
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XI

Nº 1349



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA Nº 124 – REUNIÃO ORDINÁRIA 09 DE AGOSTO DE 2017
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO/MG

1 Aos nove dias do mês de agosto de 2017, na sala dos Conselhos, na sede da
2 Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, às 08h30min, reúnem-se
3 ordinariamente o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
4 Adolescente, com os Conselheiros: Renata Dias e Silva Goulart; Carla
5 Rodrigues Moreira Montes; Daniel Dias de Oliveira; Osvaldo Antônio da Silva;
6 Maurisa Rosa Santos Ribeiro, com a seguinte pauta: Discussão sobre a
7 deliberação e destinação dos recursos do FIA – Recomendação Ministerial –
8 ofício nº 354/2017 (com presença dos representantes de todas as entidades
9 cadastradas no CMDCA); Apresentação e discussão dos Relatórios de
10 Acompanhamentos Gerais do Conselho Tutelar e Casa-Lar; Leitura ofício
11 Conselho Tutelar nº 220 e parecer dos Atendimentos Julho/2017; Leitura da ata
12 nº 123 da última reunião com a Rede (conhecimento); Solicitação da
13 Procuradoria sobre informações de ex-conselheiro do CMDCA; Curso de
14 Almoço da Sociedade Profissional; Devolutiva da Visita do CREDA sobre o

15 andamento da atual gestão do CMDCA; Leitura do Ofício MP de nº 281/2017;
16 Leitura do Ofício nº 160 - alterações da Lei 1250; Renata agradece a presença
17 de todos e inicia a reunião fazendo a leitura do ofício 1º PJ 354/2017, do Exmo.
18 Ministério Público, referente à Recomendação Ministerial 005/2017, do Exmo.
19 Promotor Leonardo de Faria Gignon envolvendo as deduções de imposto de
20 Renda de pessoas físicas e jurídicas depositadas no FIA – Fundo dos Direitos
21 da Criança e do Adolescente. Renata informa aos conselheiros e aos
22 presentes na reunião sobre a recomendação do Ministério Público para que haja
23 discussão e deliberação colegiada acerca da destinação das verbas do FIA, e
24 que o CMDCA não se vincule, caso assim não deseje, à vontade do particular
25 que realizou a doação ao FIA. As deduções do imposto de renda são a
26 faculdade que o contribuinte tem de direcionar parcela do imposto de renda
27 devido à conta bancária do FIA. Assim, o contribuinte não faz uma "doação" ao
28 Fundo nem repassa algo que é seu, mas da Fazenda Pública, ou seja, a área
29 da administração pública encarregada pela cobrança dos impostos. Trata-se de
30 uma renúncia fiscal da Fazenda Nacional, que é a credora do imposto devido e
31 renuncia ao crédito para que ele seja dirigido ao FIA. A presidente do CMDCA
32 faz também um relato sobre as doações casadas, ou "destinação casada", o
33 depósito feito ao FIA com a condição de direcionamento do montante a
34 programa, projeto, ação ou entidade previamente indicada pelo contribuinte.
35 Nesse tipo de doação, o particular pleiteia para si o poder de escolher o destino
36 dos recursos repassados ao FIA, suprimindo a função gestora e deliberativa
37 dos Conselhos de Direitos. Dessa forma, Renata e os demais conselheiros
38 deixam claro que quem define em quais programas/projetos os recursos do FIA
39 serão utilizados é apenas e tão-somente o Conselho de Direitos e nunca o
40 particular, que carece de uma visão global das necessidades postas e tem uma
41 pretensão privada, que não pode preponderar sobre a pública. Fica a verba
42 integralmente sob administração do Conselho de Direitos, que é o detentor
43 único do poder de gestão e disposição do montante, nos moldes do art. 214,
44 caput, do ECA, sendo a aplicação dos referidos recursos sua prerrogativa
45 exclusiva, também nos termos do art. 260, § 2º, da lei já citada. Trata-se de
46 competência que a Lei Federal nº 8.069/1990 atribuiu peremptoriamente aos
47 Conselhos de Direitos. Renata ainda frisa que é importante lembrar que, cabe
48 ao CMDCA elaborar o Plano de Ação para 2018, indicando os serviços que são
49 prioritários de acordo com as demandas do município, conforme diagnóstico
50 prévio realizado. Portanto, os recursos do FIA deverão ser destinados ao
51 atendimento dessas demandas, atendendo às prioridades definidas pelo
52 próprio CMDCA, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.
53 Prosseguindo, Renata faz a leitura do relatório da Casa Lar referente ao mês
54 de julho de 2017, que fica arquivado, com todas as informações, impresso e
55 disponível a todos os conselheiros. Em seguida, Renata destaca o parecer dos
56 atendimentos do Conselho Tutelar referente ao mês de julho/2017, em que
57 requisa uma intervenção imediata junto a rede municipal nos Bairros Catulina,
58 Vila Nova e Santa Rita, e informa que foi deliberado pelos membros do CMDCA
59 as seguintes informações: solicitação à Secretaria Municipal de Trabalho e
60 Ação Social, através da Gestora Márcia Regina Gonçalves Cardoso, para
61 reativação ou implantação das medidas socioeducativas em meio aberto, para
62 atendimento de crianças e adolescentes em conflitos com a lei e seus
63 familiares, conforme reunião já realizada no Fórum, no dia 16 de Agosto de
64 2017, no qual a gestora já apresentou a equipe técnica das medidas que serão
65 executadas em compartilhamento com o Centro de Referência Especializado
66 de Assistência Social (CREAS), para dar início aos trabalhos. Em segundo
67 momento, pretendemos realizar as seguintes ações: solicitação à Secretaria
68 Municipal de Trabalho e Ação Social para a implantação do Plano Municipal de
69 Política de Promoção, Proteção e Atendimento para o Abuso e Violência contra
70 Crianças e Adolescentes; Análise de dados (relatórios Conselho Tutelar, Polícia
71 Militar e reunião com a rede para traçar diagnósticos e lançar editais de
72 chamada pública a serem financiados com recursos do FIA, para as entidades

73 cadastradas e certificadas no CMDCA). Em seguida, Renata faz a Leitura da
74 ata nº 123 da última reunião com a Rede Municipal, para conhecimento do
75 CMDCA, e prossegue fazendo referência ao ofício 1º PJ nº 287/2017, do
76 Promotor de Justiça, Leonardo de Faria Gignon, sobre uma denúncia apontada
77 contra o ex-conselheiro Zilmar Santos, em que ele não poderia mais atuar
78 como conselheiro de direitos da criança e do adolescente. Renata deixa claro
79 inclusive que a denúncia perdeu o objeto efetivo, já que o referido citado não
80 mais faz ocupa cadeira no CMDCA. Sobre a devolutiva da visita do CREDA,
81 em relação ao andamento da atual gestão do CMDCA, foi entregue o convite
82 do Ministério Público para reunião sobre reordenamento do serviço de
83 acolhimento da Casa Lar Sr. Manoel Ferreira de Almeida, a ser realizada nos
84 dias 22 (início às 09h00min) e 23 (início às 10h00min) de agosto de 2017. Em
85 relação às alterações da Lei 1250/2015, sobre algumas mudanças no
86 funcionamento e gestão do Conselho Tutelar de Monte Carmelo, ainda não
87 sancionada, foi entregue uma cópia para cada conselheiro para análise e será
88 discutido em próximas reuniões. Finalizando, Renata destaca o Ofício MP de nº
89 281/2017, do Promotor de Justiça, Leonardo de Faria Gignon, em que ele
90 solicita a apuração de supostos fatos de crime ou improbidade administrativa
91 por parte de Mariana Cardoso Gomes, informa que será aguardado o retorno
92 da presidente do Conselho Tutelar, que se encontra em férias, para abertura

93 das oitivas, e o CMDCA ouvirá os denunciante e a própria Mariana. A
94 presidente Renata Dias e Silva Goulart agradece a presença de todos. Sem
95 mais nada a tratar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a presente ata, que será
96 lida e aprovada pelo CMDCA.
97 Renata Dias e Silva Goulart
98 Carla Rodrigues Moreira Montes

99 Daniel Dias de Oliveira
100 Osvaldo Antônio da Silva
101 Maurisa Rosa Santos Ribeiro
102 Claudia Regina P. Lourenço
103 Maria Lúcia da Silva
104 Andrea Leocádio Batista
105 Clodopaldo da Silva



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1408 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"REVOGAM-SE AS SEGUINTE LEIS 1.391/2017 E 1.406/2017".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus
representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal
SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam revogadas as seguintes Leis Ordinárias 1.391/2017 e
1.406/2017.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 29 de novembro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 242

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br